



PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Cultural de Navegantes
CNPJ:	04.238.035/0001-14
Endereço:	Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro
Telefone:	(47) 3185 2013
E-mail:	cultura@navegantes.sc.gov.br cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	navegantescultural.blogspot.com.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Luciane Chagas Bittencourt Pereira
CPF	051.992.889-03
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de outubro de 2017 à data atual
Ato Nomeação e data	Ato nº 70.300 / Portaria nº 3064 de 23 de Outubro de 2017
Ato Exoneração e data	-
Endereço Residencial	Rua 26 de agosto, 85, Apto. 202 – Centro/Navegantes/SC
E-mail	cultura.superintendente@navegantes.sc.gov.br

Nome	Ana Paula Landal dos Santos da Silva
CPF	089.928.149-41
Cargo/Função	Diretora Administrativa
Período de gestão	de novembro de 2017 a setembro de 2018
Ato Nomeação e data	Portaria nº 3131 de 01 de novembro de 2017
Ato Exoneração e data	Portaria nº 3143 de 11 de setembro de 2018
Endereço Residencial	Rua Orlando Ferreira, nº1076 – Machados/Navegantes/SC
E-mail	ana.jrsolda@gmail.com

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A Fundação Cultural de Navegantes, possui em seu quadro organizacional:

1x Superintendente

1x Gerente
1x Diretor de departamento
1x Coordenador de espaço cultural
1x Educador de artes plásticas
1x Educador de instrumentos de sopro
1x Educador de violão
1x Assessor técnico
1x Assistente de biblioteca
1x Assistente de produção
1x Bibliotecário
1x Monitor de tele centro
2x Produtor cultural
1x Técnico de cinema

Fonte: portal da transparência, relação de servidores/empregados ativos.

Conselho Municipal de Cultura (COMUC)

Fonte: Lei nº 2286 de 19 de março de 2010.

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC: Previsão Legal: Lei Complementar nº 177, de 30 de abril de 2013 - Altera dispositivos da Lei nº 1361, de 20 de dezembro de 2000

Art. 2º A Fundação Cultural de Navegantes tem por objetivos:

I - Incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística no Município;

II - conservar, zelar e administrar o patrimônio cultural e artístico do Município de Navegantes;

III - manter e administrar os seguintes órgãos:

a) Centro Integrado de Cultura;

b) Escola de Arte "Dona Bentica";

c) Galeria de Arte "Joaquim Rodrigues";

d) Biblioteca Pública Municipal "Cruz e Sousa";

e) Espaço Cultural do Centro Unificado das Artes e dos Esportes (CEU);

f) outros órgãos que vierem a ser criados.

IV - promover e patrocinar pesquisas de caráter cultural;

V - receber e conceder bolsas de estudos, quando se tratar de incentivo a produção científica relacionada a cultura;

VI - instituir e administrar, juntamente com o Conselho Municipal de Cultura de Navegantes, o tombamento arquitetônico, artístico, histórico e paisagístico no Município.

Obs.: O art. 1º da Lei Complementar nº 177/2013 alterou o nome da FMC para Fundação Cultural de Navegantes – FCN.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA: Previsões legais: art. 9º da Lei Complementar nº 1361, de 20 de dezembro de 2000; art. 2º da Lei nº 2.286, de 19 de março de 2010:

Art. 9º Além das competências previstas no artigo 2º da lei nº 2286 de 19 de março de 2010, compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - examinar e aprovar:

- a) o plano de trabalho da Fundação;
- b) o orçamento e o plano de aplicação dos recursos;
- c) o plano de contas;
- d) o Regimento Interno da Fundação.

II - propor o quadro de pessoal e o plano de classificação de cargos, bem como as respectivas alterações, submetendo-as à aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - estabelecer a política cultural do Município;

IV - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal o relatório anual de atividades, a prestação de contas e o balanço geral elaborado pela Superintendência, acompanhado de parecer subscrito pelos membros do Conselho;

V - propor reformas estatutárias que se fizerem necessárias;

VI - deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação;

VII - aprovar convênios, contratos ou acordos de que participe a Fundação;

VIII - analisar outras matérias de interesse da Fundação, quando submetidas à sua apreciação.

Parágrafo Único - O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Cultura será gratuito e considerado de relevância comunitária."

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

I - estudar e propor à Fundação Municipal de Cultura de Navegantes, com ampla participação popular, a política cultural do município, bem como formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III - colaborar com os órgãos colegiados das esferas municipal, estadual e federal na formulação, execução e fiscalização das políticas de cultura do município, do Estado e do país;

IV - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação das memórias histórica, social, política, artística, paisagística e ambiental;

V - propor a concessão de auxílio, de acordo com as dotações específicas, às instituições com fins culturais - oficiais ou particulares - tendo em vista a conservação e a guarda do patrimônio cultural do município;

VI - cooperar na defesa e na conservação do patrimônio cultural do município;

VII - opinar sobre os projetos apresentados pelas instituições artístico-culturais de Navegantes para efeitos de celebração de convênio com o município;

VIII - apreciar e opinar nos projetos de ações artístico-culturais da Fundação Municipal de Cultura;

IX - emitir parecer ou tomar providências acerca de assuntos de natureza artístico-cultural que lhe sejam submetidos pela Administração Municipal, por seus Conselheiros ou por entidade artístico-cultural de Navegantes;

X - opinar sobre articulações necessárias com órgãos federais, estaduais ou municipais, universidades, escolas e instituições, para assegurar a coordenação e a execução de programas artístico-culturais;

XI - indicar representante para integrar a Comissão Navegantina de Avaliação de Projetos Culturais, nos termos da lei que institui os incentivos à cultura no Município;

XII - apreciar o regulamento, supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações quando da implantação do Fundo Municipal de Cultura;

XIII - exercer as demais atividades de interesse da Cultura.

GRUPO GESTOR DO CEU DAS ARTES E DOS ESPORTES: Previsão legal: art. 4º, da Lei 2.841, de 07 de fevereiro de 2014:

Art. 4º Compete ao Grupo Gestor:

I - Organizar a programação dos espaços culturais e esportivos;

II - Decidir sobre a forma de utilização dos espaços;

III - Fiscalizar a aplicação dos recursos;

IV - Buscar parcerias para programação de cinema e teatro;

V - Divulgar as ações através de assessoria de comunicação específica;

VI - Captar de recursos humanos e financeiros;

VII - Criar um calendário específico para o CEU;

VIII - Buscar oficinas e projetos culturais, esportivos, ambientais e sociais;

IX - Criar campeonatos esportivos que se tornem anuais, integrando bairros e escolas;

X - Criar circuitos entre escolas e bairros;

XI - Buscar informações sobre programas sociais;

XII - Formar parcerias para trabalhar assuntos de saúde, profissionalização e assistência social;

XIII - Criar cronogramas de ações de orientação e atendimento das necessidades do bairro.

PECART - Programa de Ensino e Capacitação nas Artes: Previsão Legal: Anexo I, da Lei Complementar nº 282, de 08 de janeiro de 2016 (Altera a lei nº 2403, de 23 de fevereiro de 2011):

Objetivo Geral

Ampliar e regulamentar as alternativas de oferta de atendimento artístico-cultural, de forma a despertar e aprimorar aptidões pessoais dos educandos, consoante suas inclinações artísticas.

Objetivos Específicos

Promover condições de acesso, aprendizagem e aperfeiçoamento, através do ensino e da capacitação em um programa continuado de atividades artísticas voltadas a crianças, jovens e adultos de Navegantes;

Subsidiar, por meio do conhecimento técnico e teórico, a prática das modalidades artísticas, a fim de despertar e desenvolver dons, talentos e aptidões pessoais em cada educando, visando à propagação das atividades culturais desenvolvidas em sala;

Capacitar o educando para a pesquisa, produção e interpretação das expressões artísticas, desenvolvendo habilidade de percepção, reflexão e potencial criativo;

Fomentar a articulação e a interação de recursos teóricos e práticos, possibilitando a atuação de agentes culturais versáteis e dinâmicos nos mais diversos segmentos culturais;

Estimular e incentivar o pensamento artístico-cultural, o senso crítico e a sensibilidade artística, com a utilização de técnicas e procedimentos tradicionais e experimentais;

Propiciar ao educando maior interação com o desenvolvimento das linguagens artísticas;

Formular, elaborar e executar apresentações, espetáculos, exposições e mostras como forma de socializar os resultados dos trabalhos desenvolvidos, demonstrando o potencial artístico individual e coletivo dos educandos.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título do Programa	Orç. Inicial	Orç. Atualizado	Liquidado	Saldo	% Aplic. do Orç.
2054	Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural	1.223.048	1.223.048	1.057.923	165.125	86,50%
2055	Manutenção e Funcionamento da Biblioteca Pública	20.900	20.900	-	20.900	0,00%
2056	Manutenção e Funcionamento de Centros Municipais de Cultura	20.900	20.900	1.463	19.437	7,00%
2057	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura	308.276	308.276	283.355	24.921	91,92%
2058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	308.276	308.276	92.187	216.089	29,90%
Total Geral		1.881.400	1.881.400	1.434.927	446.473	76,27%

Situação metas físicas:

Cód. Programa	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2018				Realizado			
		Produto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC.
2054	Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural	Publico			5.250			6.962	133%
2055	Manutenção e Funcionamento da Biblioteca Pública	Publico			2.900			1.433	49%

2056	Manutenção e Func. de Centros Municipais de Cultura	Publico			12.200			N.I.	N.I.
2057	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura	Publico			16.663			30.744	185%
2058	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	Publico			7.498			7.295	97%

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Decreto 156/2018	<p>I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;</p> <p>II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas.</p>	<p>a) o não atingimento das metas de arrecadação estabelecidas até o final do 3º bimestre do exercício de 2018;</p> <p>b) a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2018, constantes da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3251 de 12 de dezembro de 2017) e suas alterações, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;</p> <p>c) que o não atingimento das metas refere-se apenas às receitas de capital, mais especificamente, recursos de operações de crédito não realizadas;</p>	Limitação de Empenho
Decreto 115/2018	Contratação de pessoal	Gastos com pessoal dentro do limite prudencial	Limitação de empenho

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2018.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

a.1) Quadro de pessoal (quantidade):												
Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na UG com vínculo efetivo com o Ente	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	5	5	5	5	4	4	4	4	4	3	3	3
Servidores contratados por tempo determinado		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Estagiários						1	1	1	1	1	1	1
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
Total	15	19	19	19	19	20	20	20	20	19	19	19

a.2) Quadro de pessoal (valores):													
Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tot
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo													
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo													
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comis.na UG com vínculo efetivo com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente													
Servidores contratados por tempo determinado													
Estagiários													
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													

Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
Total	51.351,54	52.115,54	52.582,24	52.409,74	52.672,90	56.600,26	54.160,24	54.287,61	80.003,57	49.908,80	50.433,67	95.782,39	702.308,50

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2018 por parte da Fundação Cultural de Navegantes.

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Concorrência	0	0	414,00	414,00
Pregão Presencial	0	23.829,48	85.150,00	108.979,48
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	4.140,00	66.703,46	70.843,46
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	2.042,83	42.391,55	44.434,38
Total	0	161.080,88	541.380,19	702.461,07

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscal Contrato: Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 102
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Contrato Nº.:372/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/2015 PMN.

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	1	Abertura de Processo Administrativo pela falta de contrapartida social do Projeto Revivendo Antigos Carnavais	Recomendação Atendida	A Fundação Cultural encaminhará para a CONAC uma solicitação de notificação ao proponente, estabelecendo um prazo para manifestação. Em recebendo a manifestação a Fundação Cultural de Navegantes remeterá aos auditores para nova análise sobre a necessidade de abertura de Processo Administrativo.
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	2	Abertura de Processo Administrativo pela subcontratação de servidor público (participante do Projeto Revivendo Antigos Carnavais)	Recomendação Atendida	A Fundação Cultural encaminhará para a CONAC uma solicitação de notificação ao proponente, estabelecendo um prazo para manifestação. Em recebendo a manifestação a Fundação Cultural de Navegantes remeterá aos auditores para nova análise sobre a necessidade de abertura de Processo Administrativo.
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	3	Que a Fundação mantenha a proibição nos próximos editais (constava no edital e consta em pareceres do TCE/SC a vedação de contratação de servidores, pois figura como acumulação indevida de cargo);	Recomendação Atendida	Incluído de forma mais clara no Edital a ser publicado em 2019.
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	4	Que se faça uma análise mais criteriosa dos currículos em relação a experiência de trabalho em eventos culturais, em respeito ao edital, pois assim os projetos serão desenvolvidos com mais qualidade	Recomendação Atendida	As orientações serão repassadas a CONAC com base no relatório da auditoria
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	5	Que todos os novos documentos relacionados às alterações de projeto sejam juntados ao respectivo arquivo, para a melhoria da gestão e da transparência.	Recomendação Atendida	As irregularidades apontadas pela auditoria já foram solucionadas.
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	6	Que seja incluído aos futuros editais cláusula que esclarece a respeito da possibilidade de uma mesma pessoa ser proponente/participante de mais de um projeto.	Recomendação Atendida	Incluída limitação no Edital a ser publicado em 2019.
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	7	que as propostas apresentadas sigam os modelos e especificações da IN nº 001/2017 (analisando alguns projetos foi constatada falta de relatórios e de relação de participantes dos projetos)	Recomendação Atendida	As providencias para coibir tais irregularidades apontadas pela auditoria já foram tomadas.
Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	8	Que a CONAC exija do proponente as certidões negativas de débitos Federais e Estaduais	Recomendação Atendida	As providencias para coibir tais irregularidades apontadas pela auditoria já foram tomadas.

Fundaçã o da Cultura	Projetos Financiados por Fundo Municipal	9	Que a Fundação Cultural que ao submeter seus projetos ao edital, verifique a existência de todos os documentos exigidos e que dê ciência ao CONAC das alterações do projeto e prazos	Recomendação Atendida	As providencias para coibir tais irregularidades apontadas pela auditoria já foram tomadas.
Fundaçã o da Cultura	Inalienabilidade de bem proveniente do evento religioso	1	Gravar os bens permanentes com cláusula de inalienabilidade.	Recomendação Atendida	Esse procedimento está sendo tomado sempre que se constata a necessidade. Além disso, alterações no próximo Edital foram feitas para esclarecer os procedimentos.
Fundaçã o da Cultura	Inalienabilidade de bem proveniente do evento religioso	2	Estipular o destino a ser dado aos bens na hipótese de sua extinção.	Recomendação Atendida	Esse procedimento está sendo tomado sempre que se constata a necessidade. Além disso, alterações no próximo Edital foram feitas para esclarecer os procedimentos.
Fundaçã o da Cultura	Inalienabilidade de bem proveniente do evento religioso	3	Demonstrar que a aquisição se mostra mais vantajosa que a locação e que seja imprescindível à execução do projeto (entidade).	Recomendação Atendida	Esse procedimento está sendo tomado sempre que se constata a necessidade. Além disso, alterações no próximo Edital foram feitas para esclarecer os procedimentos.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não consta recomendações pendentes de atendimento para esta unidade gestora.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2018 para esta entidade.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2018 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de janeiro de 2019.

Luciane Chagas Bittencourt Pereira
Superintendente da FCN